

1 Introdução

1.1 Objetivos

Tradicionalmente, considera-se que os advérbios em –mente são formados através da adjunção do sufixo –mente a adjetivos uniformes e/ou flexionados no gênero feminino. Esse processo, em verdade, remonta ao latim vulgar no qual, segundo Coutinho (1972, p. 264), se usava “duma locução que consistia em se ajuntar a um adjetivo qualquer no feminino a palavra mens, tis (espírito) no caso ablativo”.

Há também um outro processo no que tange à formação de advérbios em língua portuguesa, que consiste no uso de adjetivos com função de advérbios. Esse uso, conforme mostraremos adiante, não é unanimemente reconhecido por todos os gramáticos e é analisado, em estudos linguísticos, sob diferentes enfoques teóricos.

Este trabalho tem como objetivo geral observar, à luz da teoria lexical, a relação entre as formações adverbiais. Denominamos formações adverbiais (cf. Basilio, 2004), os processos pelos quais podemos formar advérbios em português, a saber: a adição do sufixo –mente a bases adjetivas uniformes e/ou flexionadas no gênero feminino e a utilização de adjetivos como advérbios. Ao longo desta dissertação, nos referiremos a esses adjetivos, denominados adverbializados na literatura corrente, como AAs.

É interessante ressaltar, acerca das construções com AAs, que o fenômeno já era observado no latim vulgar, língua na qual se perderam os processos de formação de advérbios de modo com os sufixos –ē, (-i)ter, -tim, -itus e semelhantes e passou-se a formá-los frequentemente “com o neutro de adjetivos”, de acordo com Maurer Jr. (1959, p. 165).

Levando em conta, portanto, os dois processos de formação de advérbios aos quais fizemos referência, nosso objetivo específico é verificar se há um padrão geral de correspondência entre AAs e construções em –mente a partir de uma mesma base adjetiva, em um mesmo contexto sintático e sem alteração semântica, como se observa em (1).

- (1) a. “[...] Chegou a chover *rápido* no final da manhã”¹.
 b. Chegou a chover *rapidamente* no final da manhã.

Em nosso estudo, investigaremos o fenômeno, de início, tomando como base as características morfológicas e sintáticas dos AAs. Assim, buscaremos identificar em que medida essas características influem na possibilidade de haver uma equivalência entre um AA e uma construção em –mente.

1.2

Noções preliminares

1.2.1

A classe Advérbio e seus problemas

A classe dos advérbios é uma das categorias lexicais mais controvertidas em português. Entendemos que as controvérsias relativas a essa categoria lexical decorrem principalmente de sua conceituação e classificação:

El concepto de adverbio es uno de los peor definidos de la gramática. Prácticamente toda palabra invariable que califica el proceso recibe el nombre de adverbio. Ello implica, naturalmente, algunos inconvenientes y obliga a definir lo que debe ser un adverbio (Pottier, 1968, p. 217).

Em função disso, optamos por fazer uma breve viagem diacrônica à origem do termo advérbio, já que verificamos, ainda nos dias de hoje, a influência dos estudos de Dionísio da Trácia e Donato na conceituação de advérbio das gramáticas tradicionais.

Foi Dionísio da Trácia (séc. II a.c.) quem incluiu entre as partes do discurso – nome, verbo, conjunção, artigo, preposição, pronome, particípio – o epírrema (advérbio) e definiu-o como “parte do discurso invariável, que modifica o verbo ou a ele se junta”. (Elia, 1980, p. 223)

Donato, gramático do séc. IV da nossa era, adaptou ao latim à *tekne* de Dionísio, e passou a usar o termo *adverbium* como correspondente ao grego

¹ Extraído de <http://www.climatempo.net/temporeal/114748/proximas_noticias>. Acesso em: 28 mar. 2010.

epírrema. De acordo com Elia, “[...] Essa denominação penetrou na gramática europeia (e daí se irradiou para todo o mundo culto), tendo perdurado até os nossos dias”. (Idem, p. 224)

A denominação, de fato, não só perdurou até os nossos dias, como também constatamos que as gramáticas normativas ainda se norteiam pelos critérios morfológico e sintático usados por Dionísio da Trácia ao definir que o advérbio é uma palavra invariável que modifica o verbo. Além dos dois critérios mencionados, alguns autores, levam em conta também o aspecto semântico. Não há, entretanto, uma uniformidade no que concerne à conceituação do advérbio, nem quanto aos critérios utilizados nela. Said Ali (1969), por exemplo, vale-se de aspectos semânticos, sintáticos e morfológicos ao definir que o advérbio

denota uma circunstância de lugar, tempo, modo, grau ou intensidade, negação, dúvida etc., e serve de determinante ao verbo, ao adjetivo ou a outro advérbio. É expresso por uma palavra invariável ou locução equivalente. (p. 97)

Macambira (1970) apresenta um posicionamento, de um lado, convergente ao de Said Ali ao levar em conta os critérios mórfico e sintático ao examinar os advérbios; e, de outro, divergente ao concluir que “o advérbio é indefinível sob o aspecto semântico, pois, de acordo com o autor, o fenômeno gramatical só pode ser definido em termos linguísticos” (Idem, p. 44).

Rocha Lima (1998), em contrapartida, considera apenas os critérios sintático e semântico ao conceituar os advérbios como palavras modificadoras do verbo e afirmar que estes servem para expressar as diversas circunstâncias que cercam a significação verbal, a saber: dúvida, intensidade, lugar, modo e tempo.

Convém destacar que, para o autor, os advérbios de intensidade podem prender-se a outros advérbios ou adjetivos para indicar-lhes o grau, conforme se verifica em (2) e (3).

(2) Os convidados chegaram *muito cedo* (cedíssimo)

(3) As esposas mostraram-se *muito animadas* (animadíssimas) no evento.

A conceituação de advérbio de Cunha e Cintra (1985, p. 529), do ponto de vista sintático, converge com a de Rocha Lima no sentido de que, em ambas

definições, o advérbio modifica, fundamentalmente, o verbo. Diverge, no entanto, no fato de que, na proposta de Cunha e Cintra, além do verbo, os advérbios podem também modificar o adjetivo, o advérbio, ou ainda uma oração inteira.

Do ponto de vista semântico, Cunha e Cintra (*idem*) classificam os advérbios como: advérbios de afirmação, de dúvida, de intensidade, de lugar, de modo, de negação e de tempo.

O conceito e classificação de advérbio propostos por Bechara (2009) apresentam aspectos divergentes dos demais autores da tradição gramatical aos quais fizemos referência, uma vez que ele considera que o advérbio pode ter por escopo um substantivo², e denotar, além das circunstâncias de lugar, tempo, modo, intensidade e negação, já citadas por Said Ali, Rocha Lima e Cunha e Cintra, as de condição, assunto, causa, companhia, concessão, condição, conformidade, fim, instrumento e referência.

Uma análise, em linhas gerais, sobre a conceituação do advérbio nas gramáticas normativas permite identificar que os critérios utilizados pelos gramáticos em suas definições são o sintático e o semântico. Apenas Said Ali e Macambira utilizam, além destes, o morfológico.

Ilari (2007) considera que, embora os critérios morfológico, sintático e semântico que constam nas definições de advérbio dos compêndios gramaticais sejam válidos, sua aplicação restringe-se a um pequeno número de casos exemplares. De acordo com o autor, há, nas gramáticas tradicionais, “o hábito de enquadrar entre os advérbios uma quantidade enorme de palavras que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos” (*Idem*, p. 152), atendem aos critérios estabelecidos pelos gramáticos.

Os problemas relativos às formações adverbiais não se esgotam, no entanto, nos critérios utilizados em sua conceituação, pois, conforme observamos, também não há um consenso acerca de quais são os escopos do advérbio, tampouco da classificação deste.

Partindo da classificação dos advérbios em gramáticas tradicionais, didáticas e em estudos cujos pressupostos são funcionalistas, Teixeira (2008)

² Visando a esclarecer o fato de advérbios modificarem substantivos, Bechara (2009, p. 288) explica: “Certos advérbios são assinalados em função de modificador de substantivos, principalmente quando este é entendido não tanto enquanto substância, mas enquanto substância que esta qualidade representa”, conforme se verifica em (4).

(4) Gonçalves Dias é verdadeiramente poeta.

analisa e discute comparativamente as tipologias semânticas de advérbios apresentadas em trabalhos de autores representativos nas abordagens tradicional e funcionalista.

Após a análise, a autora conclui que: a) não há justificativa nas gramáticas normativas para as subclassificações dos advérbios (“Por que 15 e não 7?”); b) tanto para os linguistas quanto para os gramáticos a identidade semântica dos advérbios parece depender mais das tipologias do que das definições; c) não há, nas gramáticas tradicionais, uma definição que explique, de fato, quais são as características morfológicas, sintáticas e semânticas dessa categoria lexical; e d) embora haja maior explicitude metalinguística nas propostas de cunho funcionalista, ainda há necessidade de entender e, conseqüentemente, explicar a classe dos advérbios.

Visando a lançar um pouco de luz sobre essa controversa categoria lexical, Saksida (2005) empreende uma viagem diacrônica, desde os tempos de antanho até os atuais, pelas gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros (séc. XVI); Jeronymo Soares Barbosa e Julio Ribeiro (séc. XIX); José de Oiticica e Gladstone Chaves de Melo (séc. XX), chegando até a de Mário Vilela e Ingedore Koch (séc. XXI), buscando verificar como o advérbio era definido e classificado.

Ao término de sua viagem, a autora constata que: a) há desencontros nas definições do que é advérbio; b) as soluções dadas pelos autores por ela estudados mostram-se insatisfatórias em face da complexidade inerente à classe dos advérbios; e conclui que é necessário explicitar melhor os critérios na definição da “espécie adverbial, em seu todo e em sua rede distributiva”. (Ibidem, p. 141)

Os trabalhos de Saksida (2005) e Teixeira (2008), assim como o de outros autores que se dedicam ao estudo dos advérbios, enfatizam a necessidade de se estudar essa heterogênea categoria lexical, a fim de buscar compreender as peculiaridades que lhe são características. Isso se faz necessário, antes de tudo, por sabermos que o advérbio é “uma das categorias léxicas mais controvertidas. Ora recebe demais, ora quase tudo se lhe tira. Isso revela que se trata de uma categoria mal definida, conquanto indispensável” (Elia, 1980, p.221).

1.2.2

Classe e função

A discussão sobre classe e função está diretamente envolvida na questão da formação de advérbios e identificação de advérbios na Língua Portuguesa.

No cerne dessa discussão encontra-se o posicionamento teórico adotado perante o estudo dos fenômenos linguísticos, que pode ser: de um lado, o de que a língua é uma entidade estática com categorias lexicais bem definidas; e de outro, o de que a linguagem, em função de seu caráter sócio-comunicativo, deve ser estudada levando-se em conta situações reais de interação entre os falantes. Em outras palavras, podemos estudar um determinado fenômeno tomando como base uma forma gramatical ou a função que esta exerce num dado contexto. O termo função, neste trabalho, é entendido como “aplicação que tem na língua uma forma em vista do seu valor gramatical” (Câmara Jr., 1986, p. 122).

O valor gramatical das formas linguísticas, conforme mostraremos a seguir, parece ter sido o ponto nevrálgico no qual os autores do projeto que visava à uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) – publicado em 11 de maio de 1959 no Diário Oficial da União – optaram por não tocar.

Nesse projeto, reconhece-se a existência de dez classes de palavras em português, sendo seis delas variáveis (substantivo, adjetivo, artigo, pronome, numeral e verbo) e quatro invariáveis (advérbio, conjunção, preposição e interjeição). Destacamos que, no texto de 1959, não há nenhuma menção à possibilidade de uma palavra poder funcionar com valor de outra.

O mesmo, porém, não se verifica no anteprojeto de 1957, no qual a comissão formada pelos professores Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Cunha reconhecia o fato de a divisão das classes de palavras não ser absoluta, nem rígida. Para eles, “nem sempre há fronteiras rigorosamente delimitadas entre as palavras, muitas das quais podem com facilidade passar de uma classe para outra” (Henriques, 2009, p. 158). Constatamos, entretanto, que esse posicionamento acerca da existência de fronteiras entre as classes de palavras não foi mantido no texto publicado dois anos depois, provavelmente não só pela controvérsia inerente ao tema, como também pela necessidade premente de sistematização, de trazer ordem ao caos

vigente à época. Verificamos, então, que embora tenha havido um esforço empreendido por parte da comissão no sentido de uniformizar a nomenclatura gramatical brasileira, a lacuna no que concerne à controvérsia classe e função permaneceu no português do Brasil.

No português europeu, o texto relativo à nomenclatura gramatical portuguesa foi publicado no Diário do Governo, I série, em 28 de abril de 1967. Nele, reconheciam-se também dez classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, conjunção, preposição e interjeição).

Em 2004, no entanto, foi publicada no Diário da República, 1ª série, nº 1488, uma portaria³ na qual se propunha a adoção de uma nova terminologia linguística para os ensinos básico e secundário (TLEBS).

Essa iniciativa foi, então, justificada pela necessidade, largamente partilhada pelos especialistas e pelos próprios professores, de corrigir os erros terminológicos e de superar a desatualização da nomenclatura gramatical portuguesa, aprovada pela portaria nº 22.664, de 28 de abril de 1967⁴.

Nesse novo texto, as classes de palavras foram divididas em dois grupos: as classes abertas e as fechadas. Nesta dissertação, não as pormenorizaremos, interessa-nos, antes, destacar que adjetivos e advérbios, de acordo com a nova terminologia, figuram entre as classes abertas.

No português do Brasil, constatamos que, embora adjetivos e advérbios se constituam como classes abertas⁵ e sejam frequentes os exemplos em que adjetivos funcionam como advérbios, o fenômeno da adverbialização de adjetivos não é reconhecido por todos os gramáticos. Said Ali (1969) não o menciona. Rocha Lima (1998) apenas faz referência à possibilidade de os advérbios de modo poderem ou não apresentar o sufixo *-mente*. Bechara (2009) e Cunha e Cintra (1985) apesar de reconhecerem o fenômeno, não explicitam quais critérios

³ A portaria nº 1488, publicada no Diário da República em 24 de dezembro de 2004, foi posteriormente substituída pela de nº 476/2007 que se constitui, em verdade, como uma nova versão da primeira portaria que teve seu conteúdo revisto e atualizado para fins pedagógicos.

⁴ HENRIQUES, 2009, p. 182.

⁵ Neste trabalho, entendemos que as classes de palavras ou partes do discurso são “conjuntos abertos de palavras, definidos a partir de propriedades ou funções semânticas e/ou gramaticais” (Basilio, 2004, p. 21).

sintáticos e semânticos caracterizam os AAs e divergem acerca da variabilidade ou não dessas formações.

Adotando posicionamento contrário ao da NGB, Câmara Jr. (1970), Perini et al. (1996) e Monteiro (2002) apresentam, em seus estudos, propostas no que concerne à classificação das palavras. Examinaremos essas propostas, a seguir, iniciando pela de Câmara Jr.

Câmara Jr. (1970) estabeleceu três critérios ao tratar da classificação dos vocábulos formais: o semântico, o mórfico e o funcional. O primeiro diz respeito ao significado dos vocábulos formais dentro do universo bio-social no qual estão inseridos. O segundo baseia-se nas propriedades que uma forma gramatical pode apresentar. O terceiro refere-se ao papel ou função que esta pode desempenhar numa sentença.

Com base nesses critérios, o autor classificou os vocábulos formais, inicialmente, em três grupos: nome, verbo, pronome. A estes foi posteriormente acrescentado o dos conectivos.

De acordo com a classificação de Câmara Jr. (idem), figuram, no grupo dos nomes ou pronomes, os advérbios que servem de determinantes a um verbo: fala eloquentemente, fala aqui (Ibidem, p. 69).

Em relação à proposta da NGB, a de Câmara Jr. (op. cit.) apresenta avanços, principalmente por levar em conta o critério funcional na classificação das palavras. Todavia, não há, ao menos explicitamente, por parte do autor, a assunção da existência de fronteiras entre as classes de palavras.

Na proposta de Perini et al. (1996), os autores consideram que frequentemente há, nas análises encontradas em gramáticas tradicionais ou em estudos linguísticos, confusões implícitas no que tange à distinção entre classe e função. Para eles, as classes são associações paradigmáticas de elementos, enquanto a função refere-se às relações morfossintáticas ou semânticas que esses elementos podem estabelecer com outras formas dentro de um determinado contexto. Em outras palavras, como é possível observar em (5), elementos como Ana, o João, o menino da turma 602 e a mulher que tinha uma tatuagem, embora apresentem grandes diferenças estruturais, pertencem à mesma classe (a dos sintagmas nominais) e exercem a função de sujeito do verbo comprar:

- (5) Ana / O João / O menino da turma 602 / A mulher que tinha uma tatuagem / comprou um doce.

Além da função de sujeito, uma palavra pode também ter “acepção proventiva”, conforme se verifica no exemplo (6), em que o adjetivo *italiano* indica de onde o carro é proveniente.

- (6) Maria comprou um carro *italiano*.

Perini et al. (idem) destacam que designações como *sujeito* ou *acepção proventiva* são funções, enquanto “poder ser sujeito” ou “poder ter acepção proventiva” refere-se a “traços paradigmáticos, que relacionam membros de classes cuja associação não aparece nos enunciados, mas na estrutura do léxico” (Ibidem, p. 4). Nesse posicionamento teórico está pressuposto o fato de não se poder fazer afirmações como “esta palavra está funcionando aqui como adjetivo”, já que adjetivo é entendido como uma classe, não como uma função. A esse respeito, os autores esclarecem:

A nosso ver é contraditório afirmar de uma palavra em determinado contexto que "funciona como" membro de uma classe, porque a noção de "classe" é paradigmática, e portanto livre de contexto por definição. O que é um adjetivo, afinal de contas? [...] Se "adjetivo" é o nome de uma classe, então que fique explícito que se trata de algo que se predica de palavras em seu estado de dicionário, e não de ocorrências de tais palavras em contextos determinados. (Op. cit., p. 4)

Embora a proposição de Perini et al. esclareça aspectos relativos à controvertida relação entre classe e função, divergimos dos autores no que tange à dissociação de uma palavra de seu contexto sintático, porque entendemos que afirmações como “esta palavra está funcionando aqui como adjetivo” não invalidam as relações paradigmáticas existentes entre as palavras que se inserem na categoria dos adjetivos e/ou dos substantivos, em um exemplo como (7), no qual se observa um adjetivo funcionando como substantivo, servem, antes, para reforçar a hipótese de que, apesar de se tratar de classes distintas, existe entre elas uma relação (cf. Basilio, 1987, 2004).

(7) “Os *infelizes* tinham caminhado o dia inteiro”⁶.

O trabalho de Monteiro (2002) retoma e discute, em linhas gerais, alguns pontos da proposta da NGB que visava à uniformização do ensino de língua portuguesa. De acordo com o autor, essa proposta, no que se refere à classificação das palavras, não resiste à menor crítica, porque, dentre outros fatores, usou-se a expressão “classificação de palavras”, quando, em verdade, se deveria ter dito classificação de vocábulos, uma vez que houve a inclusão do artigo e dos conectivos como classes de palavras.

Objetivando, então, a classificar as palavras de modo mais coerente, Monteiro (*idem*) distribuiu-as em três classes (nomes, pronomes e verbos), assim como já fora feito por Câmara Jr (1970), e também em três funções (substantivos, adjetivos e advérbios)⁷. Para o autor, as classes devem ser estudadas no âmbito da morfologia, enquanto as funções pertencem ao domínio da sintaxe.

Apesar de os estudos de Perini et al. (*op. cit.*) e Monteiro (*op. cit.*) esclarecerem aspectos do fenômeno estudado nesta seção, a nosso ver a controvérsia entre classe e função permanece, fazendo com que a questão possa ser examinada à luz de dois enfoques teóricos distintos: no primeiro em que está pressuposto o fato de não se admitir a existência de fronteiras entre as classes de palavras, estariam inseridas as proposições que restringem à categoria lexical dos substantivos, as palavras que podem ser modificadas por adjetivos. Em contrapartida, no segundo, inserem-se proposições descritivas como as de Basilio (1987, 1992, 2004), Moura Neves (2000) e Barbosa (2006) que examinam, à luz da teoria lexical, no caso da primeira autora, e dos pressupostos funcionalistas, no das duas últimas, a flutuação categorial entre adjetivos e advérbios em português.

Nesta dissertação, avaliamos, levando em conta a frequência de casos de flutuação seja entre substantivos e adjetivos, seja entre adjetivos e advérbios, que o estudo dos fenômenos linguísticos não deve se restringir apenas à forma, mas também considerar a função. Dentro desse posicionamento teórico, “as classes de

⁶ Extraído do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

⁷ De acordo com a proposta de Monteiro (2002), uma frase como “Maria comprou o vestido aqui” deve ser analisada da seguinte forma: o nome ‘Maria’ exerce a função de substantivo; comprar é um verbo que está flexionado na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do modo indicativo; ‘o’ é um pronome que exerce a função de adjetivo em relação a vestido; vestido é um nome que tem a função de substantivo; e aqui é um pronome que funciona como advérbio.

palavras devem ser entendidas não como recortes categóricos do léxico, e sim como um conjunto de pontos nítidos separados uns dos outros por faixas sem nitidez” (Ilari et al., 1989, p. 62).

1.2.3

A formação de Advérbios

Segundo a tradição gramatical, há um apenas um processo através do qual é possível formar advérbios em português. Esse processo consiste na adjunção do sufixo –mente a bases adjetivas uniformes e/ou flexionadas no gênero feminino, tais como felizmente, velozmente; calmamente, vagarosamente.

Além do processo de formação de advérbios em –mente, existe também um outro através do qual se pode formar advérbios. Este consiste na mudança do adjetivo, sem que haja alteração em sua forma, para a classe dos advérbios. Esse processo é denominado, nas gramáticas normativas, como derivação imprópria. Em estudos linguísticos, como os de Alves (1990) e Basilio (1987, 1992 e 2004), entretanto, o fenômeno é designado como conversão morfológica.

1.2.4

Derivação imprópria e conversão

Tradicionalmente, considera-se que a composição e a derivação são processos produtivos na criação de novas palavras em português. A composição consiste na junção de “dois ou mais elementos vocabulares de significação própria, de tal sorte que o conjunto deles passe a formar um todo com significação nova” (Rocha Lima, 1998, p. 200). Em contrapartida, na derivação, há o acréscimo de afixos (prefixos e sufixos) a bases substantivas, adjetivas etc.

A classificação tradicional do processo de derivação não se restringe, no entanto, à adjunção de prefixos e/ou sufixos a bases morfológicamente simples ou complexas, uma vez que é possível criar um novo vocábulo através da supressão de partes da palavra primitiva, ou seja, através da derivação regressiva, ou ainda mudar a classe gramatical das palavras, sem que estas sofram alteração na forma. O último processo, denominado derivação imprópria, não é unanimemente

reconhecido na abordagem tradicional, conforme se pode observar no posicionamento de Said Ali (1923, p. 3) acerca do tema.

No entender de alguns gramáticos, faz parte da derivação o estudo deste enriquecimento do vocabulário sem auxílio de elementos formativos, e dão-lhe nome de derivação imprópria por ser processo notadamente dessemelhante do processo comum. Não adotaremos aqui esse parecer. A mudança de sentido e de função que sofrem as palavras examina-se em outras partes da gramática, e, a dedicar-se uma parte especial a tão importante assunto, deverá denominar-se semântica e não derivação.

Dentre os gramáticos que não incluem a derivação imprópria na organização geral dos tipos de formação de palavras por eles proposta, encontram-se Said Ali (1969) e Rocha Lima (1998). Cunha e Cintra (1985, p. 104) embora mencionem o processo, fazem uma observação na qual afirmam que ele não deve ser incluído dentre aqueles que formam palavras, pois pertence à área da semântica, e não à da morfologia, alinhando-se, assim, ao entendimento dos dois outros gramáticos sobre o assunto.

Bechara (2009) apresenta um posicionamento divergente ao de Said Ali, Rocha Lima e Cunha e Cintra ao designar o processo de derivação imprópria como conversão. Esta, segundo o autor, consiste no emprego de uma palavra fora da classe que lhe é característica.

Basilio (1987, 1992, 2004), assim como Bechara, também utiliza o termo conversão. Para ela, entretanto, a conversão ocorre quando há a transposição de uma palavra de uma classe para a outra, sem que haja alteração em sua forma fonológica. Ainda de acordo com a autora, os exemplos mais comuns de conversão são de adjetivo para substantivos (8), de adjetivos para advérbios (9), ou de verbos para substantivos (10).

(8) *Os velhos* gostam de recordar fatos passados.

(9) João fala muito *alto*⁸.

(10) *O ter-se* declarado suspeito prejudicou muito o ministro.

Examinaremos, a seguir, o tratamento dado aos advérbios em –mente e aos AAs nas gramáticas normativas. Abordaremos, sobretudo, os trabalhos de Said Ali (1969), Rocha Lima (1998), Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2009)⁹.

⁸ Os exemplos (9)-(10) foram extraídos de Basilio (1987, p. 69)

1.3 – O tratamento do Advérbio na Gramática Tradicional

1.3.1

Advérbios em –mente

As gramáticas tradicionais não apresentam estudos pormenorizados acerca dos advérbios em –mente. Rocha Lima (1998) apenas lista-os entre os advérbios de modo. Said Ali (1969) e Cunha e Cintra (1985), em contrapartida, avaliam que a formação dos advérbios em –mente é entendida como um processo de derivação sufixal, no qual há o acréscimo de –mente a adjetivos flexionados no gênero feminino. Os autores citam como exceção a essa regra, os adjetivos terminados em –ês (burguesmente, portuguesmente). Bechara (2009) acrescenta a estes, aqueles cujo sufixo é –ior (superiormente).

No que tange ao processo pelo qual são formados os advérbios em –mente, Bechara apresenta um posicionamento divergente ao de Said Ali e Cunha e Cintra ao entender que este fica a “meio caminho, fonológica e morfologicamente, da derivação e da composição (locução)”. (Idem, p. 293)

Do ponto de vista sintático, as formações X–mente, segundo os gramáticos estudados, podem ter como escopo: verbos, adjetivos, advérbios, orações e substantivos. Estas formações, entretanto, em alguns casos, ultrapassam a esfera morfossintática e chegam à discursiva. Bechara (Ibidem, p. 292) denomina esse fenômeno no qual uma unidade de camada inferior pode funcionar sozinha numa camada superior como hipertaxe ou superordenação.

Sintaticamente, um outro aspecto relevante destas formações adverbiais diz respeito à coordenação de dois ou mais advérbios em –mente modificando a mesma palavra. De acordo com Cunha e Cintra (op. cit.), nesses casos, o mais adequado é colocar o sufixo apenas no último advérbio, de modo a tornar o enunciado mais leve. Se o intuito, entretanto, for realçar as circunstâncias denotadas pelas formações adverbiais em -mente, opta-se por omitir a conjunção aditiva e, e acrescentar o sufixo em cada advérbio.

⁹ No prefácio da 37ª edição da Moderna Gramática Brasileira, Bechara (2009) faz uma advertência no sentido de que todas as seções de sua gramática foram atualizadas e enriquecidas, visando à atualização no que concerne aos pressupostos teóricos da descrição do idioma. Na edição de 2009, em verdade, o autor busca agregar a orientação normativa “a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, dentro e fora do país” (Idem, p. 19).

Do ponto de vista semântico, apesar de as formas em –mente serem classificadas fundamentalmente como advérbios de modo, também podem denotar, na proposta de Rocha Lima (1998), dúvida (provavelmente, eventualmente); intensidade (excessivamente, demasiadamente); tempo (imediatamente, anteriormente); ou, na de Cunha e Cintra (1985), afirmação (certamente, efetivamente, realmente) e dúvida (possivelmente, provavelmente).

Sintetizando o que dizem as gramáticas normativas, observamos que: a) nas formações em –mente, há a subversão dos cânones do processo derivacional, segundo os quais as bases as quais os afixos se agregam, geralmente, estão na forma neutra (masculino singular); b) do ponto de vista funcional, os advérbios em –mente não modificam apenas verbos; c) quando dois advérbios em –mente aparecem em sequência modificando a mesma palavra, deve-se colocar o sufixo adverbial apenas no último e d) semanticamente, os advérbios em –mente podem expressar diferentes circunstâncias (modo, afirmação, dúvida, intensidade etc.).

Diante do exposto, fica claro que existem lacunas na conceituação das formações em –mente nas gramáticas tradicionais, pois os gramáticos não explicitam quais critérios morfológicos, sintáticos e semânticos estão sendo utilizados na caracterização dessas formações, limitando-se, muitas vezes, a classificá-las de acordo com as circunstâncias que expressam.

1.3.2

Adjetivos adverbializados

A situação na qual adjetivos são usados em função adverbial não é unanimemente reconhecida nas abordagens tradicionais.

Na gramática de Said Ali (op. cit.), por exemplo, não há nenhuma menção a esta situação. Rocha Lima (1998, p. 175), no entanto, ao classificar os advérbios, reconhece que dentre os de modo, encontram-se muitos AAs, com ou sem o sufixo –mente.

Bechara (2009), ao tratar dos AAs, afirma que o que permite distinguir os adjetivos dos advérbios é o critério da variabilidade, já que o adjetivo, como modificador do substantivo, pode sofrer variação em gênero e número; enquanto o advérbio, como modificador do verbo, é uma palavra invariável. Apenas “a

concordância atrativa e intenções estilísticas e rítmicas podem desfazer as fronteiras acima apontadas” (op. cit., p. 295).

Cunha e Cintra (1985) citam os exemplos listados em (11), nos quais se observa a flexão em gênero e número de *tranquilo*. Nestes, o adjetivo não só exerce a função de predicativo do sujeito, mas também modifica o verbo.

- (11) O menino dorme *tranquilo*.
 A menina dorme *tranquila*.
 Os meninos dormem *tranquilos*.
 As meninas dormem *tranquilas*.

De acordo com os autores,

é esse emprego do adjetivo em predicados verbo-nominais, com valor fronteiro de advérbio, que nos vai explicar o fenômeno, hoje muito generalizado, da adverbialização de adjetivos sem o acréscimo do sufixo *-mente*. (Idem, p. 258)

Em relação ao ponto de vista morfológico, notamos divergências nas propostas de Bechara e Cunha e Cintra, já que para aquele os AAs não sofrem flexão em gênero e número, enquanto para estes sofrem.

Tomando como base as propostas acima apresentadas, verificamos que o tratamento dado aos AAs, nos compêndios gramaticais, não permite que se responda quais aspectos morfológicos, sintáticos (distribucionais e/ou funcionais) e semânticos caracterizam essas formações adverbiais.

Há, portanto, um hiato no que diz respeito a um estudo pormenorizado dessas formações nas gramáticas tradicionais, uma vez que nestas, em geral, apenas citam-se exemplos de construções com AAs já consagradas pelo uso, como sorrir *amarelo* e falar *alto/baixo*.

1.4– Organização do trabalho

O trabalho se organiza como se segue. Vimos, nesta introdução, o objetivo geral do trabalho e discutimos algumas noções gerais preliminares, incluindo-se a visão da Gramática Tradicional sobre o advérbio. No próximo capítulo, fazemos

uma apresentação sintética de diferentes trabalhos sobre advérbios, de orientação funcionalista e de base gerativista. No terceiro capítulo, detalhamos nossa análise, especificando nossos procedimentos metodológicos e analisando resultados. No último capítulo, sintetizamos nossas conclusões.